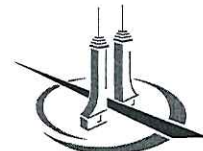




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO



CTU 001600 LDO 14/07/2023 13:36

Projeto de Lei Complementar N.º 03/2023.

Projeto de Lei Complementar N.º 4 /2023.

Altera dispositivos da Lei n.º 4.111, de 4 de julho de 2012, que “Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Uruguaiana, institui o respectivo Quadro de Cargos e Funções e dá outras providências.

Art. 1º Os artigos 22, 23, 24 e 25, da Lei n.º 4.111, de 4 de julho de 2012, que “Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Uruguaiana, institui o respectivo Quadro de Cargos e Funções e dá outras providências”, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A organização do Magistério Público Municipal se dará por lei própria que instituirá o Quadro de Pessoal do Magistério por Escola, sigla QPME, da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. As funções do Cargo de Professor, com as respectivas atribuições, constam no Anexo I, da supracitada Lei n.º 4.111, de 2012.

Art. 23. Os Regimes de Trabalho serão definidos no Quadro de Pessoal do Magistério por Escola – QPME.

Art. 24. O Regime de Trabalho do Professor Regente de Classe compõe-se de tempo destinado para a Regência de Classe e tempo destinado para atividades afins (extraclasse), assim definidas:

I – Regência de Classe: trabalho docente com a efetiva participação do aluno;

II – Atividades afins (extraclasse): formação continuada (na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED), planejamento, estudos, avaliação e participação em atividades pedagógicas, administrativas e comunitárias da escola.

§ 1º As atividades afins (extraclasse) são exclusivas do professor em regência de classe.

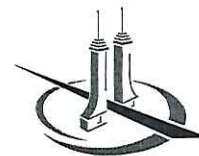
§ 2º Mediante convocação da Direção da Escola ou da SEMED as horas para realização das atividades afins serão presenciais, em percentual não inferior a 50% (cinquenta por cento) do total das horas atividades mensais.

Art. 25. O cumprimento do Regime de Trabalho do Professor Regente de Classe observará o definido no QPME.

Parágrafo único. O professor que não desempenhar regência de classe cumprirá o Regime de Trabalho de acordo com as atribuições do cargo e/ou da função em que estiver investido, atendendo a integralidade da respectiva carga horária.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**

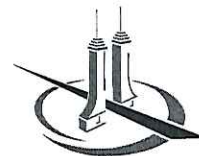


Art. 2º O Poder Executivo abrirá créditos suplementares necessários para cobertura das despesas decorrentes desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 7 de agosto de 2023.


Ronnie Peterson Colpo Mello,
Prefeito Municipal.



Justificativa

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso Projeto de Lei Complementar n.º 4/2023 que **“Altera dispositivos da Lei n.º 4.111, de 4 de julho de 2012, que “Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Uruguaiana, institui o respectivo Quadro de Cargos e Funções e dá outras providências”.**

A iniciativa do presente Projeto de Lei Complementar decorre da necessidade imperiosa do Poder Executivo promover ajustes na atual legislação que norteia o Quadro de Cargos e Funções do Magistério Público Municipal, partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, com abrangência universal, e que, segundo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em seu artigo 26:

“Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos”.

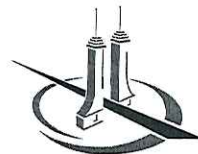
Fundamentalmente no que se refere à educação dentro Constituição Federal de 1988, **o direito referido é fundamental para todos os cidadãos.** A CF determina que o direito à educação não é somente a garantia do acesso e a permanência no ensino básico, mas também, a garantia de um padrão de qualidade para todos.

Ainda, há de se considerar o cumprimento do disposto na Lei n.º 11.738, de 2008, mais precisamente em seu artigo 2º, § 4º, e os termos do parágrafo único, do artigo 3º, da Lei n.º 5.316, de 2021: *“Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”.*

Dentre os ajustes, que ora se propõem, leva-se em conta o cumprimento do calendário letivo das Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, onde constam 200 dias e 800 horas letivas, impondo-se, por consequência, a alteração da carga-horária dos regentes de classe da Educação Infantil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO



Por todo o exposto e confiante na devida atenção de Vossa Excelência e demais pares, submeto o presente PLC à análise, aguardando à aprovação pela relevância da matéria, reiterando, nesta oportunidade, protestos de distinta consideração e apreço.

Atenciosamente,


Ronnie Peterson Colpo Mello,
Prefeito Municipal.